

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial
Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br
presidencia@brasilimperial.org.br



HONRA E GLORIA AO MINISTERIO DE 7 DE MARCO.

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

Acima apresentamos o Gabinete da Lei do Ventre Livre

Lei do Ventre Livre, também conhecida como **Lei Rio Branco**, foi Uma lei apresentada na Câmara dos Deputados em 12 de maio de 1871, sendo promulgada em 28 de setembro do mesmo ano. A fim de Limitar a duração da escravidão no Brasil Imperial, a lei propunha, a partir da data da sua promulgação, a concessão da alforria às crianças de mulheres escravas no Império do Brasil.

Ao lado apresentamos a Lei Áurea, retratada em quadro de autoria de Miguel Navarro y Canizares

No dia 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a **Lei Áurea**, pondo fim oficialmente a quatro séculos de escravidão no território brasileiro. A lei foi sancionada pela princesa, pois o Imperador do Brasil, Dom Pedro II, seu pai, estava em viagem ao exterior. ... Essa foi a lei que acabou com a escravidão no Brasil.



Lei Áurea retratada por Miguel Navarro y Canizares

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

A Heráldica religiosa na cidade do Rio de Janeiro.

Luís Severiano Soares Rodrigues

Quando pensamos em heráldica como elemento decorativo na arquitetura colonial religiosa brasileira, em comparação à existente em Portugal, percebemos que este elemento foi muito menos usado aqui. As razões desse fato são difíceis de serem identificadas, haja vista, que o estilo barroco brasileiro acompanha o lusitano bem de perto, porém no que tange à heráldica ficamos devendo em proporção, pois na metrópole ele foi muito mais usado. E se compararmos esse elemento decorativo nas construções espanholas, verificamos que em Portugal o uso era menor que no país vizinho. Então numa escala de distância da Metrópole, gradativamente a heráldica era relegada a um segundo plano no contexto do ultramar lusitano.

Essa constatação não impediu que as ordens religiosas

não dessem um uso particular àquilo que poderíamos entender por uma solução heráldica, qual seja, o uso em brasões coroados nos frontões dos templos católicos, mais exuberantes, de elementos alusivos aos elementos da fé católica. Assim os templos marianos utilizaram o monograma do culto marianos nos seus frontões, e na cidade do Rio de Janeiro, comprova esse fato a igreja de Nossa Senhora da Candelária e a de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito dos Homens Pretos, em trabalhos de bela lavra.

Uma solução utilizada também sai da esfera estatal e repousa nos elementos constitutivos da Ordem Religiosa a que o templo era vinculado. Assim um exemplo na cidade em questão vem a ser a igreja de Nossa Senhora da Lapa, quando em seu frontão temos o brasão da Ordem do Carmo. Mas nesse templo surge um

elemento a se registrar, pela singularidade, de em prédio anexo existir um brasão imperial brasileiro, mas que foi profanado pelo regime republicano, quando em lugar da coroa esta foi substituída por uma estrela.

Outra solução temos na igreja de São Vicente de Paula, onde os seus idealizadores colocaram, brasonado, o elemento chave da sua regra, que é a Caridade, então no brasão temos a palavra Charitas, lida em sílabas de cima para baixo CHA – RI – TAS.

As armas do cardeal Arcoverde podem ser vistas, magnificamente concebidas, na fachada do palácio episcopal de São Joaquim no bairro da Glória e também na fachada na antiga Sé Catedral na Rua Primeiro de Março onde se encontra o seu túmulo, como uma lembrança desse que foi o primeiro bispo elevado ao

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

púrpura cardinalício na América Latina.

Finalizando, na igreja de Nossa Senhora do Bonsucesso temos na fachada o brasão de armas da Santa Casa da Misericórdia, nessa igreja vinculada a essa benemérita instituição. Vale lembrar que o brasão da Santa Casa é muito difundido pela cidade, pois aparece num grande número de prédios pertencente ao patrimônio dessa instituição.



Brasão Charitas



Brasão Santa Casa



Brasão Rosário



Brasão Candelária



Anexo Nª Sª da Lapa

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br



A Cima: Brasão de armas de Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante
Em Baixo: Brasão da Ordem do Carmo Nossa Senhora da Lapa

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

**Mesa Diretora do Seminário Internacional no Real Gabinete Português de Leitura.
Da Redação**



GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

No dia 11 de setembro se deu a realização de uma sessão do XI Seminário “O Papel de Macau no intercâmbio Sino-Luso-Brasileiro”, realizada no Real Gabinete Português de Leitura, sob os auspícios do Instituto Internacional de Macau e do Instituto Brasileiro de Estudos da China e Ásia-Pacífico. Essa sessão se deu no Salão dos Brasões e o Instituto Brasil Imperial foi representado pelo conselheiro Luís Severiano Soares Rodrigues.

O evento foi aberto pelo presidente do Real Gabinete, Sr. Francisco Gomes da Costa e em seguida usou a palavra o vice-presidente do IIM, Sr. José Lobo do Amaral. Na mesa registramos também a presença do Senhor Embaixador Jaime Leitão, Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro.

O primeiro palestrante foi o engenheiro brasileiro e escritor, Sr. Eduardo Gonçalves David, que falou do seu livro “A Mula do Ouro” cuja edição foi patrocinada pelo Instituto Internacional de Macau, e conta a intrigante história de trabalhadores chineses que vieram para o Brasil trabalhar na construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e que tiveram um fim trágico em função da sua vulnerabilidade em relação às doenças tropicais que vitimaram a maioria destes. Contou o autor que essa história despertou grande interesse de autoridades chinesas e que o referido livro será em breve transformado em filme e que, surpreendentemente,

existem descendentes desses chineses, imigrados no século XIX, ainda vivendo no município de Japeri, na Baixada Fluminense. Todos os presentes foram presenteados com um exemplar do livro ao término do evento.

O segundo palestrante foi o Embaixador António Martins da Cruz, ex-ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, que discorreu sobre o tema “A Comunidade Portuguesa numa nova era das relações Portugal – Brasil”, quando traçou um grande panorama do estado atual das relações econômicas e diplomáticas entre os dois países, bem como o nível subdimensionado em que elas se encontram, dentro de uma perspectiva de que elas podem ser ampliadas com vantagens múltiplas para os dois países, e nessa ótica a comunidade portuguesa residente no Brasil pode muito ajudar nesse objetivo, mesmo tendo-se em vista que a referida comunidade vem diminuindo, porém os luso-descendentes que vem adquirindo a dupla nacionalidade vêm lhe dando um novo incremento. Situou também a questão das potencialidades para o incremento das relações múltiplas dentro CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa) e dos possíveis desdobramentos nesse contexto, posto que vem de membros desses países, principalmente Brasil, Angola e Moçambique, os descobrimentos de novas jazidas de petróleo e gás no mundo e que confirmadas as expectativas

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidencia@brasilimperial.org.br



Conselheiro do IBI Luis Severiano com o Ministro Martins da Cruz deterão uma parcela relevante das jazidas desses hidrocarburetos estratégicos. Ressalta o diplomata que os dois governos vem mantendo tratativas de se retomar as reuniões de cúpula, suspensas desde 2016.

Coube ao Conselheiro Severiano interpelar ao diplomata, sobre o quanto de concreto em estudos de viabilidade existe para os portugueses mostrarem, aos dirigentes brasileiros, as potencialidades quantitativas e qualitativas de uma maior aproximação econômica entre os dois países, sem o quê, lembrou o nosso conselheiro, pouco adiantaria uma reunião de alto nível, quando o embaixador apontou o Cônsul Geral como à melhor pessoa para responder a essa pergunta, mas concordando com o fato de que se faz necessário se ter planos e propostas concretas para se chegar a um objetivo exequível.

O presidente do Real Gabinete encerrou o evento agradecendo a presença de todos os participantes numa noite proveitosa e agradável.

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

Encontro.na.Academia

Da.Redação

Registramos o feliz encontro em fins de agosto, na Academia Brasileira de Letras, entre o conselheiro Luís Severiano Soares Rodrigues e o príncipe D. Alberto de Orleans e Bragança, irmão do augusto Sr. D. Luiz,

de jure, Imperador do Brasil, quando conversaram sobre o estado de saúde de SAIR, bem como das impressões do príncipe sobre o padrão editorial da Gazeta Imperial. Ambos foram assistir uma con-

ferência do Embaixador Rubens Ricúpero.

9



Embaixador Rubens Ricúpero

D. Alberto de Orléans e Bragança

Conselheiro Luis Severiano

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br



GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

Fórum Nacional 2019 – Sessão Especial

Da Redação.

Nos dias 19 e 20 de setembro o Instituto Nacional de Altos Estudos realizou no auditório do BNDES o A Sessão Especial do Fórum Nacional edição 2019, onde o Instituto Brasil Imperial foi representado pelo Conselheiro Luís Severiano Soares Rodrigues. O tema dessa edição foi: Tributos, Previdência e Infraestrutura: como voltar a crescer.

Os trabalhos foram iniciados sob a presidência do economista Raul Velloso ao que se seguiram as palavras dos governadores Wilson Witzel do Rio de Janeiro e Wellington Dias do Piauí, quando o primeiro ressaltou a importância dos temas abordados pelo Fórum para o país inteiro, abordou também algumas questões relativas aos sucessos alcançados pelo seu governo e os grandes desafios que ainda se impõe para a recuperação do Estado fluminense. Já o segundo governador exaltou os participantes enfatizando também a relevância dos temas propostos e observando que os Estados da federação se configuram em um panorama heterogêneo em função de sucessos e insucessos na questão da gestão das contas públicas frente a adversidade porque passou a economia do país, falando também de transformações da realidade piauiense pouco conhecidas pelo resto do país.

Seguiram-se dois painéis temáticos:

Painel I - Reforma tributária e situação macroeconômica.

Coube ao economista Fernando Velloso do IBRE/FGV, traçar um panorama dos números da economia, como os dados do PIB, expectativas de crescimento da economia como um todo, da taxa recuperação do investimento, bem como da redução do desemprego. Também foram mostrados os números da dívida pública e os possíveis efeitos das reformas previdenciária e tributária na sua equalização. Observando entretanto que a conjuntura atual se dá dentro de um ambiente de incerteza e, externamente, de guerra comercial entre dois grandes players globais: Estados Unidos e China. Ressaltou-se também que os desafios a serem discutidos são as mudanças na Regra de Ouro (que trata da possibilidade de endividamento do Estado), a Reforma administrativa e o ajuste fiscal do Estado.

Se seguiram as palavras do ex-ministro da fazenda, economista Máilson da Nóbrega, que iniciou a sua alocação enfatizando o grande problema da economia brasileira que é a baixa produtividade dos fatores de produção e a necessidade de uma reforma tributária, que se faz necessária frente ao caos da legislação tributária e da grande burocracia associada à realidade tributária nacional, enfatizando inclusive a grande contribuição

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

para esse caos que foi o fato da Constituição Federal de 1988 ter dado aos Estados liberdade para fixarem alíquotas sobre tributos, o quê contribuiu para a geração de uma Guerra Fiscal, que ele assinala ser negativa para o país, mostrando inclusive distorções como o fato dos centros de distribuição comerciais serem construídos não em função da racionalidade logística, mas das políticas fiscais estaduais com incentivos atrativos para as empresas interessadas.

Na sua opinião a solução desses problemas passa pelo projeto do deputado Baleia Rossi (Pec 45) em tramitação na Câmara dos Deputados, que estabelece toda a tributação sobre consumo não na origem do bem mas no destino do bem, acabando assim com as guerras fiscais, criando-se um Imposto sobre valor agregado (IVA), para acabar com a tributação em cascata, um período de 10 anos de transição até o IVA único nacional.

A esta exposição se seguiu a do tributarista Everardo Maciel, ex-secretário da receita federal, que se mostrou antagônico à abordagem do expositor anterior, começando por uma reflexão sobre a natureza das reformas fiscais analisando o fenômeno em termos de quais são os problemas, quais as soluções possíveis e quais as consequências dessas soluções.

Na sua opinião qualquer reforma geraria um caos tributário ainda maior. A solução possível se daria pela simplificação tributária, pela eliminação da possibilidade de guerra fiscal entre os Estados, pela transparência nos tributos, a questão da carga tributária elevada se resolve pela gestão dos gastos públicos dando retorno para a sociedade pelos impostos que ela paga.

Na sua opinião o IVA é um imposto já superado, posto que remonta a meados do século XX, quando a ênfase da economia estava no setor primário e no secundário, hoje a ênfase é no terciário.

Constitucionalmente também existem problemas, uma reforma tributária ensejaria a necessidade de se mexer em 151 artigos da constituição e na revisão de 40 conceitos subjacentes do fenômeno tributário.

Dentro dessa ótica as soluções passam por se enfrentar os problemas do modelo atual, se liquidar os créditos acumulados e reduzir a diversidade de alíquotas existentes do ICMS. Seguiram-se réplica e tréplica dos palestrantes. Painel II – Reforma da Previdência e Crise Financeira Estadual.

Representando o presidente do Banco de Brasília, o diretor Antônio Gil, tratou o problema sobre a ótica dos bancos de desenvolvimento e as contribuições que os mesmos podem dar no cenário estadual/distrital, cuja experiência do BRB no DF ele expôs, que de um banco sobrevivente, vem se reerguendo e trazendo inovações que auxiliam o crescimento da economia local, com a melhoria do ambiente de negócios que se traduz em melhoria de vida e crescimento, se estruturando em projetos (cadeias produtivas), nesse caso no Centro-Oeste em vários segmento. O objetivo do Banco de Brasília é se tornar um banco de desenvolvimento completo.

O segundo expositor foi o sr. Néelson Antônio de Souza, presidente da Agência Desenvolve, do governo de São Paulo, cuja missão é a retomada dos investimentos municipais naquele Estado, bem como a reestruturação

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

dos ativos estaduais passando pela privatização ou extinção de empresas estaduais. Ser uma agência estadual de desenvolvimento agindo através do microcrédito, com meta de emprestar 1 bilhão de reais em 2020 e também um banco do povo, com crédito digital até 50.000 reais. O fomento de inovações também é contemplado no escopo da Desenvolve-SP, através de linhas de crédito. No plano do ambiente de negócios o expositor revelou que em São Paulo a abertura de uma empresa leva apenas 24 horas. Cabendo também à agência, frente ao problema das previdências municipais, suprir créditos às prefeituras para se equalizar o problemas e estas investirem na recuperação das suas finanças.

O terceiro expositor foi o secretário da Receita Federal. sr. Leonardo Rolim, que abordando o tema do painel esclareceu que a realidade dos Estados é significativamente pior que a da União em termos de déficits percentuais, e que o déficit atual da União em relação as despesas primárias está em 56% e a previsão para 2026 é de 78% dessas mesmas despesas. Mostrou ainda que a realidade da previdência brasileira é de subsidiar a todos sendo que os que são mais subsidiados são os mais ricos, ou seja, o sistema é um modelo que amplia a desigualdade e se constitui num modelo excludente, daí a necessidade da reforma que hoje tramita no Congresso, para se reverter, em parte esse processo, que tende ao estrangulamento da capacidade do setor público criar as externalidades que o setor privado e a população precisam para se conseguir retomar o crescimento da economia e alterar a realidade atual de

crescimento vegetativo que em muito pouco contribui para a realidade brasileira.

O painel foi encerrado pelo presidente do TCE do Ceará, sr. Edilberto Pontes de Lima, que analisou a questão das vicissitudes da reforma da previdência em função do poder de barganha das corporações que repercutem nas suas posições dentro dessa reforma. E as desigualdades brasileiras se estendem ao panorama previdenciário. Com relação a realidade dos Estados na questão previdenciária, ela vai ser desigual tendo alguns melhores números que outros, mas mesmo assim, é necessário que a reforma a nível federal inclua os Estados e municípios. Outro ponto abordado é a necessidade de diálogo institucional a fim de repensar o centralismo fiscal que concentra 55% da receita tributária nas mãos da União. Bem como criar um consenso da necessidade de se focar na gestão pública visando a eficiência do setor público para se reverter em benefícios para população o grande volume de recursos que o Estado se apropria via tributos.

O segundo e último dia do Fórum Nacional foi dedicado ao tema Infraestrutura.

Painel III - Infraestrutura: O Desafio de Modelar/Estruturar Concessões em Transportes.

O diretor da ANTT Davi Barreto apresentou um panorama da realidade do setor transporte, onde uma melhor clareza na gestão dos contratos somados a um maior transparência da atuação da ANTT tem viabilizado a

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidência@brasilimperial.org.br

possibilidade da realização de investimento num montante de R\$ 140 bilhões que ampliarão a participação do modal ferroviário de 15% para 35% na matriz de transportes no nosso país.

O secretário de Estado de Transportes do Rio de Janeiro, Delmo Manoel Pinho abordou o tema da necessidade da política de transporte urbano nas regiões metropolitanas ser a nível regional e englobando todas as cidades envolvidas, mas sob a égide de uma autoridade metropolitana de transporte, para centralizar o planejamento de curto e longo prazos e a integração física e tarifária, bem como facilitar a captação de recursos públicos e privados para investimentos no setor.

O ex-governador César Borges atual presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR), chamou atenção para a persistência do problema da insegurança jurídica no seu setor, gerando desencontros entre as empresas concessionárias e o setor público. O que se não for devidamente equalizado pode vir a ser um entrave à realização de novos investimentos nesse setor vital para economia brasileira.

O mesmo problema da insegurança jurídica foi apontado por Luiz Henrique Carneiro, presidente do Conselho da Associação Brasileira Terminais de Contêineres de Uso Público (Abratec), que observou que mesmo com expressivos aumentos de produtividade nas operações do setor portuário, o setor ainda convive com a instabilidade das regras de concessão e ampliação de terminais. Aponta o executivo como ponto fulcral do

problema o embate entre o TCU e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

O presidente da Lan Vias, empresa do Grupo CCR, Paulo Eduardo Camargo, que opera as Barcas na Baía da Guanabara, apontou o conflito com os entes públicos um elemento desestabilizador que forçam a empresa a operar com tarifas deficitárias em função da negativa pelos primeiros em discutir uma possível revisão das mesmas. Lembrou o executivo que sua empresa concentra um grande número de acionistas estrangeiros com potencial para maiores investimentos, mas somente num ambiente de negócios profissional e equilibrado.

Apresentando um grande sucesso em termos de transporte urbano, o presidente da Concessionária do VLT Carioca, Márcio Hannas, apresentou o problema da questão regulatória no que tange à contraparte do poder público municipal, voltando o caso da insegurança jurídica também nesse setor. Frisando que o modelo de PPP pode ser uma solução para o setor, desde que pensado enquanto compromisso de Estado.

O diretor de Relações Institucionais da Rumo Ferrovias, Guilherme Penin, trouxe um panorama do setor ferroviário e os seus desafios de se expandir para as novas fronteiras agrícolas no Centro-Oeste e no Norte, bem como se aprimorar um modelo de integração dos modais ferroviário e rodoviário, que na sua opinião são complementares, ao mesmo tempo em que apontou a necessidade de se desativar trechos onde não existe demanda para o setor.

GAZETA IMPERIAL

Jornal editado pelo Instituto Brasil Imperial

Ano XXIV - Número 284 - Setembro de 2019

www.brasilimperial.org.br - presidencia@brasilimperial.org.br



Ex-ministro da fazenda Maílson da Nóbrega com o Conselheiro do IBI Luis Severiano

www.brasilimperial.org.br

presidencia@brasilimperial.org.br